

# **Mulheres indígenas em movimentos sociais: novas práticas e desafios a partir da experiência das mulheres indígenas zapatistas.**

**PRISCILA DA SILVA NASCIMENTO<sup>1\*</sup>**

## **Introdução**

Até meados do século XX não era comum a presença de uma narrativa acerca do índio como objeto de estudo na história da América Latina como um tema que merecesse um tratamento metodológico específico, com um caráter e uma identidade própria, conforme ressalta Bethell (2004: 271).

Foi a partir da década de 1970 em uma conjuntura de revisão dos paradigmas que se passa a observar uma tendência na produção acadêmica, a presença de um corpo teórico voltado para a análise de problemáticas latino-americanas a partir da reflexão elaborada por intelectuais latinos. Com a teoria feminista não foi diferente uma vez que ela adentra ao continente ainda permeada de um etnocentrismo e, nessa relação com a realidade latina em sua diversidade precisou re-elaborar as questões e pressupostos dos movimentos sociais de mulheres.

Como desdobramento da ação das teóricas feministas, denominado de Terceira Onda, onde a crítica se volta para as definições essencialistas da feminilidade feitas pela segunda onda que colocaria ênfase demais nas experiências das mulheres brancas de classe média-alta, observamos que uma pluralidade de “feminismos” passou a ser pensada. Isso se colocou diante dos enfrentamentos, dos debates e de profundas transformações assinaladas para a necessidade do que Nicholson (2000: 34) apontou de um deslocamento para contextos específicos onde se reivindica as particularidades das experiências femininas, sem, contudo, isolá-las.

A percepção de que as produções dos intelectuais tem relação com seu universo cultural passa a integrar as reflexões propostas pela terceira onda, ou seja, coloca-se a necessidade principalmente na academia, de incentivo e aprofundamento da realidade da mulher latina a partir de intelectuais latinos. É também neste momento que evidenciava-se uma dupla ênfase: na consideração de que há de aspectos comuns entre as mulheres e

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília/SP. Mestranda em Ciências Sociais e bolsista Capes.

outro da presença de suas diferenças exclusivamente em relação aos homens, fazendo um largo uso da categoria *mulher* no sentido de focar as semelhanças entre as mesmas.

Na década de 1980, esta perspectiva sofre inúmeras críticas de setores de mulheres que não se reconheciam no rótulo *somos todas iguais* e mulheres negras, lésbicas, indígenas dentre outras, começam a reivindicar um feminismo próprio transformando o sentido da categoria de análise *mulher* para *mulheres*, “(...) a palavra *mulheres* foi sendo absorvida e incorporada diante de novas pesquisas e enfoques que revelaram a pluralidade de lutas e de formas femininas de inserção social”. (POSSAS, 2008: 195).

No empenho de encontrar *mulheres*, como sujeitos ativos em detrimento à Mulher das narrativas históricas biográficas construídas, dá-se uma maior visibilidade de sujeitos que hoje buscam repensar sua experiência com formas organizativas, propostas e projetos políticos que possibilitam uma reinvenção de si, pensada aqui, a partir das considerações de Rago (2000: 145) acerca de Foucault, “(...) Foucault abre a possibilidade de problematizar a reinvenção de si, ao pensar a subjetividade como histórica e não natural, como uma construção e não como uma determinação biológica ou cultural inevitável (...)”

Nossa pesquisa analisa um processo em particular de luta das mulheres, a partir de um movimento social que se propôs a defender mudanças e uma resignificação cultural dos papéis de gênero, o movimento zapatista.

Muitos estudos ao exporem uma cronologia do movimento partem do 1º de janeiro de 1994, data emblemática de declaração de guerra contra o estado mexicano, perdendo de vista, assim, um processo que começa a ser gestado segundo Barrera; Rey (2007) em 17 de novembro de 1983 com a criação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Este exército é iniciado por um grupo que, oriundo de rupturas dentro do movimento estudantil mexicano. O contato deste grupo com as comunidades indígenas ocorre quando decidem realizar treinamento tático no estado de Chiapas, sudoeste mexicano; ao tomar contato com a realidade e a marginalização dos povos indígenas nas florestas e arredores da *Selva Lacandona* iniciam um processo de politização com as comunidades indígenas que passam a se integrar ao movimento zapatista.

Nosso objetivo é numa esfera mais ampla entender como a partir do discurso de resistência das mulheres indígenas zapatistas é possível romper com noções essencialistas em relação aos povos indígenas que tem impedido a compreensão de sua diversidade cultural e a sua inclusão como sujeitos de direitos e num plano mais específico identificar as diferenças da vida na comunidade tradicional e no movimento zapatista, bem como apreender as singularidades que cercam o movimento zapatista como um espaço de interesse de atuação das mulheres indígenas na década de 1990.

Nossa pesquisa é teórica na medida em que nossa metodologia baseia-se na análise de fontes documentais que abarcam a consulta de livros, periódicos, etnografias, bem como, entrevistas e documentos escritos pelas mulheres indígenas zapatistas em Congressos e eventos cuja finalidade é discutir a situação da mulher indígena como, por exemplo, o *II Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo* de 1997 e *Los Derechos de las Mujeres en Nuestras Costumbres y Tradiciones* de 1994.

Assim, queremos entender se houve a resignificação cultural de que falamos acima e compreender a distinção de atuação das mulheres indígenas que não membros do movimento zapatista e das que o são.

As zapatistas pertencem a uma multiplicidade de etnias que, com suas particularidades, possuem elementos em comum, a mudança de elementos da cultura que ganham significado de dominação e segregação. Nesse sentido, podemos notar que emerge uma visão de sujeito social que torna possível compreender as ações das mulheres indígenas como parte e expressão dos problemas enfrentados por elas – colocados, tanto pela própria cultura como, pelo descaso do Estado mexicano em relação aos serviços básicos como saúde, alimentação entre outros.

Ao mesmo tempo em que a mulher indígena é o sujeito de maior importância para a continuidade da cultura dentro da família indígena, ela também é o membro em situação de maior vulnerabilidade social da família, assim, verificaremos o sentido que o zapatismo adquire para uma das etnias que compõe a organização das mulheres indígenas zapatistas, a *tojolabal*. Para as considerações acerca da etnia Tojolabal nos fundamentaremos em uma pesquisa elaborada pelo Instituto Internacional de Investigação e Capacitação das Nações Unidas para a Promoção da Mulher de 2006,

elaborada por: Margara Milán, intitulada: *Participación política de mujeres indígenas en América Latina: El movimiento Zapatista en México*.

### **O cotidiano das mulheres indígenas da etnia *tojolabal***

As comunidades indígenas da etnia *tojolabal* se localizam nas florestas de uma região conhecida como *Los Altos* no Estado de Chiapas. Na cosmovisão desta etnia predomina a idéia de coletivo sobre a de indivíduo, o *nós* é mais relevante que o *eu* e o *tu*; esta distinção de esferas tem colocado homens e mulheres dentro de uma rígida relação de papéis sociais e, conseqüentemente, de diferenças nas funções atribuídas ao sexo feminino e ao masculino, entendidas como importantes para a garantia da supremacia deste coletivo.

A distinção de *gênero*<sup>2</sup> aparece desde a infância, dos 6 ou 8 anos de idade; as meninas trabalham nas tarefas da casa, assumindo funções como buscar água, lenha, preparando as refeições da família e cuidando dos irmãos menores. Estas atividades aos 12 e 13 anos já são de pleno domínio das meninas, idade em que são preparadas para o casamento e para a maternidade. A educação dos meninos é de responsabilidade da mãe e do pai que devem ensiná-lo a cultivar a terra, montar cavalo, dentre outras coisas; cabe salientar que, por vezes, as mulheres exercem as funções designadas aos homens, o que não acontece com as tarefas domésticas atribuídas somente as mulheres.

Nesta distinção entre os sexos, os meninos são os privilegiados; irão à escola desde muito pequenos e receberão a maior parte da comida da casa; quando jovens, na condição de solteiros ou casados possuem maior liberdade que as mulheres, “El varón podrá salir más fácilmente que la mujer, generalmente a hacer trabajos que le permitan traer un poco de dinero a la unidad familiar.” (MILLÁN, 2006: 9)

Dentro da família, a idade e o gênero determinam as obrigações dos filhos para com a própria família,

---

<sup>2</sup> A categoria de gênero é compreendida aqui a partir da definição de SCOTT (1988:2): (...) gênero é a organização social da diferença sexual. Mas isto não significa que o gênero reflita ou reproduza diferenças físicas fixas e naturais entre mulheres e homens; mais propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais. (...) Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função do nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos.

*La edad, en combinación con el género, determinan el horizonte de expectativas de las personas en la comunidad, así como sus responsabilidades: una mujer casadera tiene obligaciones muy distintas a las de una menor, una madre tiene ciertos privilegios, como la de mandar a la nuera; una mujer casada tiene tareas y responsabilidades dentro del núcleo familiar de su marido, ya que el matrimonio es virilocal. (MILLÁN, 2006: 9)*

Destarte, a organização cultural *tojolabal* não fomenta relações de caráter mais igualitário entre homens e mulheres, sendo que hoje as mulheres desta e de outras etnias questionam os ordenamentos sociais que tiram das mesmas a autonomia para escolher seus destinos.

Esta busca por autonomia, segundo palavras das zapatistas, é o principal motivo que atrai as mulheres indígenas para o movimento zapatista; logo observa-se que as mulheres não querem se submeter a certos costumes, como o casamento forçado, a violência doméstica entre outros. O pequeno trecho de uma entrevista com as zapatistas, que segue, exemplifica o que queremos dizer: “Se não quer que te agarre, te castigam?, não, não podem te agarrar se você não quer que te agarrem... Se uma não quer a um homem, pode não casar com ele?, Sim, não quer não se casa... Então começaram a chegar um pouco de mulheres.” (HUERTA, 1994: 33).

Assim, o zapatismo é buscado, dentre outros motivos, porque constrói em sua área de influência a possibilidade das mulheres se posicionarem em relação a elementos que hoje são contestados por elas como, por exemplo, o alto número de filhos, assim, algumas delas estão preferindo ter menos filhos ou adiar uma gravidez, isto acaba por impactar na queda do nível de miséria que assola as comunidades indígenas, conforme indicadores da pesquisa do Conselho Nacional de População (CONAPO) em seus *Indicadores Socioeconómicos de los Pueblos Indígenas de México 2002*, que revela o perfil de 113 localidades *tojolabales*, que com uma população de 38.809 membros, apresenta um índice de 45% de analfabetos, 35,8% de pessoas monolíngues, 92,3% da população trabalha no setor primário, 73,4% vivem em casas com chão de terra, 59,6% sem água encanada e 24,4% sem energia elétrica.

Outro fator que atrai as mulheres indígenas para o zapatismo seria a possibilidade de promoção pessoal e fuga da submissão aos homens da família, como o pai, irmão ou marido; com todas estas diferenças as mulheres zapatistas se distinguem

das mulheres da comunidade em vários aspectos, não passarão por vários partos, estarão melhor alimentadas e aprenderão a ler e a escrever em espanhol.

Assim, as praticas das mulheres indígenas zapatistas são parte de um período de crescimento do *empoderamento* de mulheres na América Latina, conceito entendido aqui a partir da definição de Manzano (1996: 36)

*Assim “ empoderar” para além da tradicional concepção de “poder”, poderá ser trabalhado em triplo sentido: “poder dentro” quando as mulheres tem uma capacidade de articular sua aspirações e estratégias de mudança; “poder para” , uma habilidade das mulheres para desenvolver capacidades e estratégias de acesso as suas aspirações; traçam estratégias e “poder com”, a capacidade delas em articular seus interesse coletivos e de organização com outras mulheres e homens para alcançar as mudanças.*

Com a estratégia de *poder com*, definida acima, veremos como as mulheres indígenas zapatistas atuam frente aos diferentes papéis que realizam nos distintos espaços que partilham dentro na comunidade e em seguida de como a vida destas mulheres passam por profundas transformações quando associadas ao movimento zapatista.

### **A vida das mulheres indígenas nas comunidades**

O Estado de Chiapas é composto de uma multiplicidade de etnias que, de uma maneira geral, formam um grupo composto de oito grandes etnias: *chol, kanjobal, mame, tojolabal, tzeltal, tzotzil, zapoteco* e *zoque*; cada uma possui uma língua diferente e as mulheres que são bilíngües muitas vezes dominam duas línguas indígenas, de modo que o espanhol é buscado, geralmente, para o exercício do comércio, para as vendas e para a luta de direitos indígenas frente ao Estado.

Dentro de cada cultura existem símbolos e elementos culturais próprios que revelam uma visão de mundo que parte de um tronco comum, a cultura maia; com similaridades e diferenças entre si, um elemento é comum à maioria delas: a sujeição da mulher ao espaço privado, ou seja, aos interesses dos homens e da família.

A família exerce uma poderosa influência no curso de vida das mulheres indígenas, eventos como o matrimônio, o nascimento do primeiro filho e as obrigações instituídas culturalmente na composição do papel de mãe, têm um impacto considerável

em suas vidas. Nesse sentido, muitos pesquisadores, em seus estudos se esforçam para compreender a estrutura familiar de algum grupo étnico, optando por centrar-se em um sujeito chave como ponto de referência dentro da dinâmica familiar, a mulher.

No seio familiar, a mulher é a mãe, esposa, cozinheira e participante da unidade doméstica dos sogros, que exercem uma relação de autoridade para com a nora, e ela, por sua vez, lhes deve respeito.

Quando passaram a participar do movimento zapatista, estas mulheres assumiram relações sociais diversificadas: uma mulher *tzotzil* que pela cultura não pode falar com outros homens ou uma mulher *tzeltales*, que só pode falar quando o marido lhe autoriza, começam a dialogar com os homens da comunidade, rompendo-se assim, uma cultura de temor em relação aos homens,

*Las mujeres estamos bajo el mandato de los hombres. Cuando somos chicas siempre nuestras madres nos enseñan que tenemos que respetar a los hombres, que tenemos que obedecerlos, que no hay que protestar, que no hay que contestar. Lo que te dice el hombre tienes que aceptarlo, lo que te dice tienes que creerlo. Y así crecí también, muy maltratada de mis hermanos y de mi padre porque son varones (VAZQUEZ, 2006: 15)*

Assim, autonomia, entendida por elas como a possibilidade de fazer escolhas sobre os elementos que impactam diretamente suas vidas, e a educação são as grandes atrações para as mulheres que o EZLN proporciona, de modo que ler e escrever, saber sobre história e política, encontrar-se com outros jovens, compartilhar inquietudes, montar obras de teatro, criar músicas, são elementos que elas tomam contato quando integram o movimento zapatista.

### **A vida das mulheres indígenas no movimento zapatista**

As zapatistas participam de até três maneiras diferentes dentro movimento: a primeira dentro da base social de apoio, onde permanecem em suas comunidades apoiando material e politicamente a estrutura do movimento; a segunda, como insurgente, vivendo na selva e assumindo-se como militar ou guerrilheira e, a última, como militante, pronta para integrar-se à guerrilha quando solicitada.

As investigações, com uma perspectiva de gênero, em torno das mulheres zapatistas têm destacado a presença e a participação das mesmas tanto na luta armada como na organização social e política. Assim, como qualquer organização militar, os membros recebem cargos que correspondem a suas responsabilidades, assim, é comum vermos atrelado aos nomes das zapatistas à titulação de capitã, insurgente de infantaria, tenente e sub-tenente entre outros.

As zapatistas participam das manifestações políticas e oferecem, muitas vezes, apoio econômico ao EZLN com suas redes de cooperativas, além de atuar nas zonas de conflito como combatentes. Ao pegar em armas e lutar com os homens propõem uma subversão de papéis sociais, opõem-se à construção social de que caberia ao homem, o *possuidor nato da virilidade*, assumir atividades de risco que indivíduos *frágeis* não exerceriam com competência.

A existência de mulheres em organizações cuja estratégia prática está na incorporação de armas em sua ação, como as guerrilhas, não é o que torna o movimento zapatista singular, no que se refere a uma subversão de papéis de gênero, uma vez que, muitas vezes, as mulheres ganham espaço nestas organizações devido às baixas nas milícias formadas majoritariamente por homens, então, de modo a suprir a ausência de um contingente masculino, mulheres e crianças são requisitadas para os confrontos.

É preciso ter em mente que informações dispersas, sem uma contextualização devida, podem adquirir diversas interpretações; a presença de mulheres em movimentos armados pode parecer um avanço, entretanto, isto pode significar pouco em termos de aprendizado para as mesmas, pois o que acontece corriqueiramente é que estas mulheres continuam atuando, mesmo dentro das guerrilhas, em áreas em que a cultura patriarcal previamente a designou, como a limpeza, o preparo de refeições, costurar entre outras tarefas.

Assim, é numa nova forma de entender o político que o movimento zapatista empreende esforços para a afirmação das mulheres como sujeitos históricos de reconhecimento político e social, com isto, nega-se a histórica invisibilidade da mulher indígena.



Podemos observar ainda que a atuação das mulheres dentro do EZLN e nos municípios autônomos zapatistas ocorre em todas as ocupações dentro do movimento, inclusive em posições de mando a outros homens.

Estas novas ocupações geram novas atuações e isto tem despertado nosso olhar para a maneira como a questão da mulher é trabalhada pelo movimento zapatista, que segundo Millán (1996) aparece de duas maneiras: “a primeira consiste na presença das mesmas no exército zapatista, nas mobilizações e organizações sociais e a segunda através dos espaços discursivos elaborados em torno da situação das mulheres indígenas”. Ou seja, ao passo que discutem gênero, levantam questões sobre a sua cultura, tornando-a passível de compreensão pelos povos de culturas distintas das suas.

Assim, para além de uma dicotomia entre indígenas zapatistas e não zapatistas, o que existe é uma profunda ligação entre elas, onde a comunicação entre as insurgentes e as mulheres da comunidade faz crescer o número de participantes na organização.

Observamos que são diferentes as motivações que levam as mulheres indígenas de Chiapas a se interessarem por se integrar ao movimento zapatista e que em qualquer uma das três esferas de atuação no mesmo elas vivenciam transformações nas relações de gênero, o que por sua vez, tem redefinido a experiência da subjetividade indígena.

Se ver como um sujeito de direito tem significado para as mulheres indígenas a possibilidade de reivindicar direitos básicos e dar visibilidade a causa indígena na busca por uma construção de relações mais democráticas, pois parte dos problemas que afligem as mulheres não pode ser pensado separado da própria condição de precariedade na qual se encontram os povos indígenas do México e de toda a América Latina.

### **Referência bibliográfica**

BARRADA, M; REYS, J. *El andar zapatista y la otra campaña*, 2007. Disponível em: <<http://www.prensadefrente.org/pdfb2/index.php/new/2007/01/29/p2549>>. Acesso em 23 outubro de 2010.

BETHELL, L. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2004.

CONAPO. Indicadores Socioeconómicos de los Pueblos Indígenas de México 2002. In: *CONAPO. Estimaciones de la población indígena, a partir de la base de datos del XII Censo general de población y vivienda 2000*, INEGI.

HUERTA, M. *Yo Marcos*. México DF: Ediciones del Milenio, 1994

LOS derechos de las mujeres en nuestras costumbres y tradiciones. Memoria del Encuentro-Taller, San Cristóbal de las Casas, 19 y 20 de mayo de 1994. Grupo de Mujeres de San Cristóbal Reproducido parcialmente en “El grito de la luna. Mujeres: derecho y tradición”. *Revista Hojarasca*, México, ago/set, 1994, p. 27 – 31.

MANZANO, I. R. Más allá del desarrollo: la estrategia del empoderamiento. In: Riva, M. (coord). *Género y Desarrollo*. El camino hacia La Equidad, Madrid: IUDC-La Catarata 2006.

MILLÁN, M. *Participación política de mujeres indígenas en América Latina: El movimiento Zapatista en México*, 2006. Disponível em: <<http://www.un-instraw.org/en/images/stories/millanzapatistas.pdf>>. Acesso em 19 março de 2010.

MILLÁN, M. Las zapatistas de fin del milenio. Hacia políticas de autorepresentación de las mujeres indígenas. *Revista Chiapas n. 3*, México: ERA, 1996.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v. 8, n. 2, 2000, p. 09-41.

POSSAS, L. Gênero, mulher e mulheres: aprimorando ferramentas e retomando narrativas em outro tempo... . In: *O historiador e seu tempo*. (Org) FERREIRA, A.; BEZERRA, H. LUCA, T. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

PONENCIAS en el Segundo Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. *Revista Chiapas*, México: ERA, n.5., 1997.

RAGO, M. Escrever de novo a palavra Mulher: recontando a história das lutas feministas In: *O historiador e seu tempo*. (Org) FERREIRA, A.; BEZERRA, H. LUCA, T. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

ROVIRA, G. *Mujeres de maíz*. México: ERA, 1997.

SCOTT, J. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988.

VÁSQUEZ, L. *Las Mujeres indígenas de la frontera sur: las mujeres zapatistas como sujetos pedagógicos*. México: UNAM, 2006.